

CLACSO
#5

RED DE POSGRADOS
DOCUMENTOS DE TRABAJO

**Aproximações reflexivas
às experiências latino-
americanas campesinas
e indígenas em suas
interações e lutas sociais
em torno das políticas
públicas no Brasil e México**

Lia Pinheiro Barbosa

2010

Pinheiro Barbosa, Lia

Aproximações reflexivas às experiências latinoamericanas camponesas e indígenas em suas interações e lutas sociais em torno das políticas públicas no Brasil e México. - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

Internet.

ISBN 978-987-1543-51-9

1. Sociología. 2. Política. I. Título.
CDD 301

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Secretario Ejecutivo: Emir Sader

Red CLACSO de Posgrados en Ciencias Sociales

Av. Callao 875 | piso 4º "G" [recepción] | C1023AAB | Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4811 6588 | Fax [54 11] 4812 8459

clacso@clacso.edu.ar | www.clacso.org



Coordinación:

Pablo Gentili
Fernanda Saforcada

Asistencia académica:

Victoria Mutti
Denis Rojas

El presente artículo es resultado de la participación de la autora en la III Escuela regional de Verano MOST / UNESCO "Nexo entre Ciencias Sociales y Políticas. Políticas de Desarrollo Social en tiempos de crisis", realizada del 7 al 11 de diciembre del 2009, en Santo Domingo, República Dominicana. Tal participación fue posible gracias al Fondo de Apoyo brindado por CLACSO.

Las opiniones vertidas en este documento son exclusiva responsabilidad del autor y no necesariamente expresan la posición de CLACSO.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Red de Posgrados

ISBN 978-987-1543-51-9

Patrocinado por



Agencia Sueca de Desarrollo Internacional



**Govern
de les Illes Balears**

Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

Introdução

A presente pesquisa¹ tem como temática central desenvolver um estudo acerca da política desenvolvida, dos debates ideológico-culturais e dos projetos institucionais de educação gerados pela ação dos movimentos sociais camponeses e indígenas no Brasil e no México, enquanto possível ação contra-hegemônica ao Estado neoliberal na América Latina.

Tomamos como sujeitos de nossa análise dois movimentos de grande expressividade no cenário da ação política dos movimentos sociais latino-americanos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a luta autônoma dos movimentos indígenas em Chiapas, assim como os programas governamentais de educação em ambos os países. A escolha dos mesmos obedeceu a critérios de seleção para apreender, com maior rigor e profundidade, elementos que estruturassem o processo de investigação, conferindo-lhe caráter científico. Tal seleção decorre da observância aos seguintes critérios: 1. Movimentos Sociais pertencentes a países que passaram pelo conjunto de ajustes da política neoliberal, a saber, Brasil e México, respectivamente; 2. Cujos países passam por processos de reordenamento da estrutura política do Estado: Brasil primando pelo retorno da regulação por parte do Estado e México, com crise política relacionada à manutenção da política neoliberal; 3. Que compartilhem de uma luta social e política comum, ensejada pela questão agrária, eixo central na pauta de resistência; 4. Com expressividade ideológico-política no cenário de resistência político-econômico na América Latina; 5. Propositores de um projeto político alternativo, que incorpora outras demandas para além da Reforma Agrária; 6. Possuidores de uma concepção de Educação que demarca um diferencial propositivo na luta empreendida pelos mesmos; 7. Programas de educação com participação dos Estados orientados à satisfação das reivindicações camponesas.

Almejamos com o desenvolvimento da investigação alcançar os seguintes objetivos: 1. Investigar qual o nível de construção ideológica de sua resistência e

Lia Pinheiro Barbosa: Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Latinoamericanos, da Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, sob a orientação do Prof. Dr. Lucio Fernando Oliver Costilla. Professora Assistente da Faculdade de Educação de Crateús, *campi* da Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa, *Práxis*, Educação e Formação Humana.

1 Intitulada Educação, Movimentos Sociais e Estado na América Latina: estudo analítico das experiências latino-americanas camponesa e indígena e de interação entre lutas sociais e políticas públicas no Brasil e México. Constitui a proposta de pesquisa para o doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. Aclaramos que esta investigação está em curso e que estamos em processo de construção do marco referencial teórico e empírico por meio das pesquisas bibliográficas, de campo e documentais. Portanto, as reflexões contidas neste artigo não são um construto acabado, mas uma aproximação inicial articulada às reflexões estabelecidas ao largo da III Escuela de Verano MOST/UNESCO, realizada em dezembro de 2009, em Santo Domingo, República Dominicana.

alternativa política, como também, que inserção tem na vida e relações sociais dos movimentos; 2. Qual o significado social e político da Educação institucional e não institucional na construção de paradigmas nas ações políticas dos movimentos sociais latino-americanos em sua ação contra-hegemônica ao Estado neoliberal; 3. Analisar a concepção de Educação atrelada à definição das políticas governamentais e aos projetos políticos latino-americanos, de cunho democrático e seu significado em termos de demarcação de ações que conduzam a processos de emancipação, por parte dos movimentos sociais, na América Latina.

Para tanto, propomos aprofundar as discussões existentes, tomando por referencial central a Educação enquanto instrumental político de construção de um projeto político-social alternativo criado pela organização dos povos originários e do campo e voltado a sua emancipação política e a sua interseção com os projetos educativos desenhados pelas instituições educativas e culturais dos Estados.

A descrição dos objetivos mais gerais do estudo ora em curso justifica-se para que se apresente o cenário geral da investigação. Entretanto, no presente artigo faremos um recorte analítico, apresentando a proposta encaminhada para a III Escuela Regional de Verano MOST/UNESCO para América Latina y el Caribe, articulando às contribuições decorrentes dos debates empreendidos em torno da temática central do referido curso, a saber, “Nexo entre Ciências Sociais y Políticas Públicas. Políticas de desarrollo social en tiempos de crisis.” Nosso intuito consiste em realizar uma aproximação inicial no que concerne à luta sócio-política empreendida pelos movimentos sociais latino-americanos, em especial o MST e EZLN, e sua interação com o Estado e as políticas públicas.

Projetos Políticos e Políticas Públicas no campo de disputa pela democracia na América Latina

Entendemos que a proposição de uma investigação mais aprofundada acerca destes três pilares, a saber, Educação, Movimentos Sociais e Estado, torna-se de fundamental importância no cerne de uma discussão mais ampla, relacionada diretamente com os rumos tomados para a consolidação da democracia e a legitimação da cidadania ao final do século XX e início do século XXI, em especial na América Latina, e que toma por sujeitos centrais em tal processo, os próprios movimentos sociais latino-americanos. Assim, compreender os novos desafios empreendidos pelo processo de heterogeneização da sociedade civil latino-americana, nos últimos 30 anos, expressos pela natureza das lutas sociais assumidas por ela no continente, em consequência da derrocada da política neoliberal, destacando os impulsos de condução de suas lutas políticas, donde a Educação assume um papel central como ferramenta de formação política para a conquista da emancipação humana.

O processo de construção de nossa problemática origina-se no reconhecimento de múltiplos desafios postos aos movimentos camponeses e indígenas após a implantação e a crise da política neoliberal no continente, que demarca um novo modelo de Estado para novas demandas da sociedade civil. Para tal fim, torna-se fundamental situar tal discussão em uma análise mais ampla, vinculada aos campos de disputa correntes nos processos de consolidação da democracia na América Latina, donde observamos a emergência de projetos políticos que demarcam os novos traços da política no continente, em especial na atuação do Estado e da sociedade civil e na elaboração das Políticas Públicas.

A confluência de tais processos resultou na consolidação de dois grandes projetos políticos que, embora com um discurso político mui aproximado, estru-

turado sob as mesmas terminologias conceituais, em essência são distintos no cumprimento de suas agendas políticas. Ao largo dos últimos trinta anos emergem os seguintes projetos (Dagnino, 2006): 1. Projeto Neoliberal de Privatização e 2. Projeto Democrático-Participativo². Pressupõe, portanto, uma abordagem sociológica e política das especificidades próprias de tais projetos políticos, apresentando os meandros político-econômicos e culturais que interferem na configuração de um novo espaço público e de uma nova correlação de forças entre Estado e sociedade civil, que se encontra intimamente relacionada com o processo de reestruturação produtiva, o avanço e a crise dos pressupostos políticos do neoliberalismo e da globalização econômica, medidas que demarcam a proposição de distintos projetos políticos que engendram compreensões contrapostas acerca da democracia e da cidadania.

Compreendemos que esta discussão articula-se a quatro eixos pertencentes à conjuntura política dos últimos 30 anos, essenciais à compreensão da lógica argumentativa ora apresentada: 1. A despolitização da questão social (Barbosa, 2006); 2. Novos padrões de acumulação do capital; 3. Reascensão de uma resistência política latino-americana e 4. A Educação e as vias de consolidação da democracia na América Latina³. Entendemos que para fins de um debate analítico em torno destes quatro eixos problematizadores, torna-se crucial o entendimento dos projetos políticos propostos para a América Latina, sobretudo por apresentarem uma concepção de democracia que articula uma agenda política diferenciada para demandas de grupos distintos.

Sofrendo diretamente as conseqüências dos programas de ajuste estrutural, decorrentes da política neoliberal, amplas regiões rurais do continente passam a sofrer, mais fortemente, o processo de proletarização camponesa, seguida de uma contínua deteriorização das condições de reprodução social do(a)s trabalhadore(a)s rurais. Com o declínio da globalização e o chamado pós-neoliberalismo, observa-se uma reascensão de uma série de movimentos sociais campesinos e indígenas no continente, sugerindo que, para além de uma conflitividade social (Seoane, 2006), emergia um fenômeno importante no campo de articulação política da sociedade civil organizada latino-americana, demarcada por novas formas de ação coletiva.

No bojo das demandas sociais reivindicadas no marco da despolitização social, o processo de articulação política de tais movimentos, sem dúvida, exerceu papel fundamental no impulso da luta pela reforma agrária, dado que, historicamente, a questão agrária não se encontrava na pauta central de decisões políticas, sobretudo nas políticas de governo. Sendo assim, a própria dinâmica política e sócio-econômica corrente nos caminhos do desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) latino-americano conduziu a um sistemático processo de proletarização camponesa. A não realização de uma reforma agrária atrelada aos interesses dos sujeitos pertencentes ao campo –campesinos e indígenas– desencadeou a emergência de uma diversidade de movimentos rurais, com mesma base social: campesinos semiproletarizados, proletários sem terra ou desempregados urbanos, cuja luta política e social reconhece a Terra como eixo central de sua ação coletiva.

Nos estudos correntes, incluindo Ásia, África e América Latina, focalizam-se as análises acerca das interfaces da política neoliberal no processo de modernização da agricultura, ou mesmo de sua falência estrutural, no contínuo processo de proletarização camponesa e conseqüente crescimento da pobreza e da miséria nas zonas rurais e urbanas nos referidos continentes. Nossa

2 Vale destacar a existência de um terceiro projeto político, o Projeto Autoritário assinalado nos estudos desenvolvidos por Dagnino (2006). Entretanto, não será abordado no presente artigo, dado que a análise centra-se nos Projetos Neoliberal e Democrático-Participativo.

3 Estes quatro eixos constituem a diretriz que norteia a investigação em sua plenitude e, portanto, tampouco será aprofundada no presente artigo.

proposta investigativa, ao mesmo tempo em que constrói a problemática do estudo referenciando o debate corrente no cerne de tais pesquisas, objetiva aprofundar o debate acerca da temática da ação dos movimentos sociais em sua confrontação ao Estado neoliberal e o conjunto das políticas públicas que o encerra, lançando um olhar reflexivo e analítico que toma, como ponto de partida, pensar algumas questões norteadoras para condução da análise corrente, a saber: 1. Tomando o contexto político e sócio-econômico apresentado anteriormente, que perguntas e desafios estão postos aos movimentos sociais camponeses e indígenas com relação ao Estado e à natureza das políticas públicas, sobretudo às diretamente relacionadas à questão agrária e aos demais direitos dos povos do campo, em especial, à educação? 2. Que relações são estabelecidas entre tais movimentos sociais, a educação e a consolidação das vias para a democracia, sobretudo na América Latina?

Consideramos que tais indagações revestem-se de sentido, primeiro, para se instigar as motivações que impulsionam as investigações correntes em torno dos Movimentos Sociais e o campo da Educação e das Políticas Públicas. E, em segundo lugar, para que se considere a nova conotação assumida, no interior das políticas públicas, para o próprio conceito de espaço público e de direitos do cidadão e como estes direitos são pensados no âmbito do Estado. Ademais, estas duas perguntas possuem uma relação idiossincrática com o cenário contemporâneo da América Latina, caracterizado pela reascensão dos movimentos sociais em uma situação de conflitividade social, expressa em um novo ciclo de protestos e na construção de agendas nacionais alternativas pela própria sociedade, cujas características políticas distinguem-se das presentes nas décadas de 70 e 80, do século XX.

Sustentamos nosso argumento afirmando que, dentre as ações de resistência própria destes movimentos, a Educação constitui a grande vanguarda da luta pela emancipação política dos povos da América Latina. Um olhar panorâmico sobre o continente nos permite vislumbrar os indícios de um projeto emancipador e alternativo, atrelado a um papel político conferido à Educação, expressos na: trajetória do Setor de Educação do MST; na proposta de criação da Universidade do Sul; nas experiências das Universidades Interculturais Indígenas de Bolívia, Equador, Colômbia e México; na expressiva experiência do Método de Alfabetização cubano, “Sim, Eu Posso!”; na própria experiência das Escolas Rebeldes Autônomas Zapatistas; das experiências da Missão Robinson e Sucre, na Venezuela; a criação da Universidade das Mães da Plaza de Mayo, dentre outras propostas que vêm consolidando-se e avançando paulatinamente, testemunhos vivos de que o “paradigma emancipatório para a América Latina” reside na Educação, pedra fundamental da transformação cultural radical e necessária ao nosso continente.

Portanto, o novo século inicia-se com um outro cenário de lutas sociais na América Latina, delineado pela presença de movimentos de identidade étnico-cultural, como os protagonizados pelos povos originários pertencentes aos movimentos indígenas, especialmente no México, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador e Chile; pela emergência de destacados movimentos de origem camponesa, como a Via Campesina Internacional, Movimento Campesino do Paraguai, o Movimento das Mulheres Agropecuárias em Luta, na Argentina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Brasil, dentre outras formas de articulação política dos movimentos sociais existentes nos demais países latino-americanos, reflexos de uma resistência política que clama por justiça social e por outros direitos historicamente negados.

Assim, o século XXI desponta com um grito coletivo, mundial, oriundo daqueles que são oprimidos, dos povos excluídos. Grito que questiona a natureza do Estado e do conjunto de políticas públicas elaboradas e executadas em seu âmbito e que ainda está longe de contemplar o conjunto de demandas

oriundas de tais movimentos. No próximo tópico levantaremos algumas questões centrais para o debate corrente em torno das investigações sobre Estado, políticas públicas e movimentos sociais na região.

Estado e movimentos sociais no difícil diálogo em torno das Políticas Públicas

Outro fator importante deve ser considerado ao refletirmos a relação existente entre Estado, Movimentos Sociais, Educação e os possíveis caminhos de consolidação da democracia na América Latina, no interior da atual conjuntura e dos projetos políticos contidos nela: o entendimento de que, para que se contemple o conjunto de direitos reivindicados pelos múltiplos movimentos sociais, deve-se reconhecer no Estado um dos eixos centrais neste processo.

Isto porque o Estado é uma entidade política com autonomia relativa e que expressa as relações sociais profundas que dominam o mundo contemporâneo. Do ponto de vista das pesquisas realizadas sobre tal temática, o Estado torna-se o principal assunto teórico-político das lutas sociais contemporâneas. Se o Estado latino-americano, em sua maioria, é marcado pela lógica excludente do capital, de que maneira a sociedade e seus dirigentes políticos enfrentam a problemática de como entender e enfrentar este Estado contemporâneo? Como a sociedade civil, sobretudo em seus segmentos organizados, como os movimentos sociais, pensam o Estado e as políticas públicas neste processo?

Assim, a clareza de que vivemos um novo ciclo de ascensão da luta social e que aponta um novo perfil à América Latina no mundo, permeada por muitos desafios, requer de nós um outro olhar sobre o Estado, a própria sociedade civil e as políticas públicas e o conjunto de direitos requeridos, os quais somente podem ser legitimados por meio de tais políticas. Devemos, pois, investigar como se constrói o olhar dos movimentos sociais em torno do Estado e das políticas públicas, principalmente as voltadas à educação, campo que engendra a garantia e legitimidade dos demais direitos, como o direito à Reforma Agrária. Reside neste fato o desafio de se pensar novos desenhos teóricos para se entender o Estado e as políticas públicas que o encerra.

Ao analisarmos o conjunto das políticas públicas, devemos considerar, em primeiro lugar, que o ponto de partida a ser considerado é que o Estado nunca expressa o todo da sociedade, no que se refere ao conjunto de demandas requeridas por ela, bem como, nunca vai expressar as riquezas da contradição na América Latina. A sociedade civil, portanto, iniciou um processo de olhar para si mesmo e construir uma visão crítica do Estado. Do ponto de vista da investigação acerca dos Movimentos Sociais torna-se, pois, o melhor momento para se apropriar da discussão teórica sobre América Latina, sobretudo para se compreender as especificidades presentes nesta lógica de funcionamento do Estado, das políticas públicas e dos campos de tensões presente nela.

A conflitividade social observada na América Latina expressa a condição assumida pelos movimentos sociais para se apropriar dessa discussão. Significa dizer que o sentido conferido pelos movimentos à política distancia-se da lógica predominante nas instituições burocráticas e políticas. Os movimentos sociais entendem que os canais de negociação das demandas sociais estão relacionados com uma estratégia de desmonte do Estado, vital para o empoderamento da sociedade civil e que assume especificidades nos diferentes processos políticos latino-americanos. Sendo assim, para todos que investigam as relações entre os Movimentos Sociais, o Estado e a natureza das Políticas Públicas, há de compreender a existência de outros desafios teóricos que identifiquem, desde a investigação científica, até que ponto a modernização conservadora interferiu na regulamentação do Estado e que reflexos se expressam no conjunto das

políticas públicas e na relação empreendida com a sociedade civil no campo de luta próprio dos espaços públicos.

Que mudanças estruturais ocorreram na ordem política do Estado que convergissem para se reverter os processos correntes após a crise do modelo neoliberal e a eclosão do fenômeno da organização social campesina e indígena? Portanto, umas das questões cruciais a ser pesquisada são as nuances próprias da cristalização de uma relação de forças existentes no espaço público, entre Estado e sociedade civil. Isto traz à tona a problemática da hegemonia, de cunho colonialista presente na América Latina e que pertence a uma questão político-cultural, não se restringindo aos espaços políticos, reflexão política fundamental para se pensar as vias de consolidação da democracia no continente por meio da ação dos movimentos sociais.

No processo de luta histórica da América Latina, o grande anseio é que o Estado se comprometa com o desenvolvimento da nação. A sociedade concebe a nação desde uma dimensão pluridimensional, ressaltando valores vinculados à construção de uma identidade étnica e latino-americana. Tal concepção pluridimensional estende-se ao Estado, almejando um Estado pluridimensional. Assim, a contra-revolução, enquanto fenômeno político latino-americano, toma por eixo político central tal perspectiva sobre o espaço público.

Consideramos, portanto, que pensar a Educação no atual momento político, é reconhecer a necessidade de um olhar mais amíuê em torno dos caminhos percorridos na legitimação da democracia, da cidadania e garantia de direitos no continente latino-americano. Portanto, conhecer os cenários de tais experiências, que perpassam a própria história dos processos de construção de uma resistência política por parte dos movimentos sociais na América Latina e o papel político assumido pela Educação na formação política dos sujeitos diretamente vinculados a tal ação coletiva, conferindo importância às múltiplas formas de participação social construídas pela sociedade civil latino-americana, enfatizando as experiências específicas dos países que a compõem.

Outro aspecto fundamental é a articulação em torno da *práxis* política própria das experiências correntes na América Latina, novas práticas de legitimação da emancipação humana, rumo à consolidação de um contra-poder social com potencial de alargamento do setor democrático-popular. Assumindo matizes heterogêneos, próprios da natureza da luta política no interior dos vários movimentos, incorporam uma dimensão pedagógica enquanto estratégia para a emancipação humana. Sua ação política coletiva nasce e se consolida em um cenário mais amplo – o próprio cenário latino-americano – cujos percursos sócio-culturais e político-econômicos suscitam uma dinâmica social peculiar, marcada por múltiplas facetas no processo de luta, fortalecimento e legitimação de uma identidade própria por parte dos movimentos que se contrapõem à lógica excludente e dominadora de um Estado historicamente caracterizado pelo autoritarismo e pela reprodução de relações político-econômicas ampliadoras da miséria e pobreza no continente.

Reside neste aspecto os desafios postos aos movimentos sociais frente ao Estado e a implementação de políticas públicas que realmente contemplem o conjunto de demandas oriundas da sociedade civil organizada.

Debates e desafios dos movimentos sociais frente ao Estado e as Políticas Públicas

As transformações correntes no alvorecer do novo século demarcam outros padrões de interação entre sociedade civil e Estado, no interior dos espaços públicos, principalmente na América Latina. Sendo assim, ademais de investigar a luta coletiva e comunitária, bem como, o potencial político da Educação

nos processos de articulação e proposição política dos movimentos sociais no continente, partimos do pressuposto de que tal reflexão origina-se no âmbito das políticas públicas, espaço de legitimação ou negação de direitos. É válido, pois, observar como vem sendo articulado (ou não) o diálogo entre movimentos sociais e Estado para a consecução de direitos por meio da elaboração e execução de políticas públicas que cumpram com as demandas originadas e exigidas no seio da sociedade civil. Nos casos que estão em processo de investigação procedemos a esta análise e identificamos dados iniciais que representam avanços e limites neste processo de consecução por meio das políticas públicas.

Uma das discussões contempladas no presente estudo refere-se à conformação, no âmbito das políticas públicas no Brasil, do direito à Educação do Campo, pautado no debate sobre a *“justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo (...) e a materIALIZAÇÃO dos direitos sociais, por meio das políticas públicas.”* (Molina, 2008: p. 21). Neste sentido, nosso foco analítico é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O referido programa tem caráter de política pública de Educação do Campo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Originado em 1998, é fruto da luta empreendida pelos movimentos sociais do campo, com destaque para o MST, e dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Seu objetivo maior consiste em desenvolver cursos para as populações dos assentamentos que atendam as demandas desde a Educação Básica, incluindo a Educação Superior - graduação e pós-graduação *lato sensu*, nas diversas áreas do conhecimento.

Os conteúdos abordados e a metodologia utilizada visam contemplar reflexões teórico-empíricas relacionadas ao direito à educação do campo, articulada à luta pela terra, à estruturação de uma agricultura voltada ao desenvolvimento sustentável do campo, diretamente relacionado à construção de um *ethos* cultural e social identitário dos povos do campo. O PRONERA cumpriu 10 anos de existência em 2008 e inserindo-se no âmbito das conquistas de tais movimentos merece ser avaliado em termos de ampliação dos direitos, em especial, à Educação.

Para fins do presente artigo esclarecemos que estamos desenvolvendo as análises em torno dos documentos que nos aportam a um balanço dos 10 anos do PRONERA e que, por tal razão, não dispomos ainda de uma análise precisa que possa ser apresentada neste momento.

Quando nos aproximamos do cenário político mexicano, observamos uma forma particular de concepção do Estado e seu conjunto de instituições, do espaço público e do próprio poder. Desde o levantamento de 1994 do Exército Zapatista de Libertação Nacional, a dinâmica de correlação de forças sociais e políticas que se constituem em Chiapas apontam, gradativa e expressivamente, para profundas mudanças no que se refere ao entendimento em torno da política e sua expressão.

Assim, a luta autônoma das comunidades indígenas chiapanecas busca, ao contrário, combinar exigências de novas políticas públicas de educação para indígenas com a construção de espaços de poder não estatal, explicitando um projeto político que centra a autonomia como eixo central para que se concretize o aprofundamento da democracia e se cumpra na prática os Acordos de San Andrés, para que se legitimem os direitos e culturas indígenas expressos em demandas fundamentais: autonomia, democracia, liberdade e justiça.

Conforme sabemos, uma das principais expressões da luta chiapaneca é o Movimento Zapatista, mundialmente conhecido por Exército Zapatista de Libertación Nacional – EZLN. Tal movimento social, ademais de definir-se

como movimento indígena armado, de esquerda e anti-capitalista (Martínez, 2008), tem por um dos objetivos atuais posicionar as lutas de base – sejam elas indígenas e/ou camponesas - dos três continentes, Ásia, África e América Latina, as quais representam um conjunto significativo de demandas políticas, econômicas, sociais e culturais em direção à consolidação do protagonismo dos que se encontram em situação de exclusão social.

Em direção a esta confluência da luta construída no eixo Sul-Sul, 1984 e a década seguinte 1994 - constituem marcos na demarcação dos avanços da luta dos povos originários e camponeses latino-americanos, fundamentais para a construção de importantes estratégias político-sociais em suas agendas políticas.

Historicamente, as comunidades indígenas e camponesas são as que sofreram, desde o período de colonização até o atual modelo de sociedade capitalista e sua modernização econômica de caráter excludente, todo um processo de empobrecimento, proletarianização, aculturação, injustiça, desigualdade, violência. Em todos os países do continente tais processos constituem uma ferida comum que une as vozes e lutas dos vários sujeitos que se articulam e alçam suas bandeiras de luta reivindicando um leque de demandas vinculadas aos direitos humanos, sociais e políticos.

No caso mexicano, o levante de 01 de janeiro de 1994, expressou um profundo questionamento sobre a ação política do Estado, apresentando outra concepção acerca da *práxis* política, donde o político é entendido desde sua dimensão ética. Ademais, recupera o sentido da autonomia, negada desde sua abordagem liberal e resignificada a partir de uma cosmovisão dos povos indígenas. Adotando, portanto, novos sentidos para a ação política, o EZLN nega a dimensão institucional do Estado justamente por reconhecer que as comunidades indígenas foram totalmente desgarradas (ou quase) de seu *locus* e *ethos* em consequência do modelo político-econômico ocidental imperialista. O não cumprimento dos Acordos de San Andrés consistiu em outro fator determinante para esta negação, desencadeando não somente a *Outra Campanha*, como também propondo um debate mais amplo sobre o poder.

O debate sobre o poder, o papel do Estado e suas instituições e a construção da autonomia passam a estar cada vez mais presente nas declarações do EZLN, em especial a Sexta Declaração da Selva Lacandona, e torna-se ponto de inflexão no diálogo estabelecido com outros movimentos sociais ao longo do continente. As vozes e as práticas que se encontram na ciranda da luta latino-americana forjam uma nova sociabilidade e alianças fundamentais para o avanço dos debates e conquistas galgadas por estes sujeitos. Conforme afirma Raúl Zibechi (2006: p. 68):

De forma muy desigual, va ganando terreno una idea diferente del cambio social: la convicción que de los cambios deben estar ligados a la reconstrucción de los vínculos que el sistema destruye a diario, desde hace ya siglos. () Los zapatistas decidieron poner en práctica la autonomía de hecho, sin esperar con que el Estado mexicano se las concediera.

A convicção com relação à reconstrução dos vínculos com a *práxis* política não perde de vista o debate crítico em torno do significado, para o continente, da ascensão de governos de esquerda em esta primeira década do século XXI. Para os movimentos sociais, ainda que existam propostas concretas que são frutos da grande luta popular, como a ALBA ou mesmo a construção de um Estado Plurinacional, os governos de esquerdas ainda não cumprem uma agenda política verdadeiramente de esquerda, expressando claramente a existência de projetos políticos distintos, o que tenciona o campo de disputa entre Estado e sociedade civil no interior dos espaços públicos.

Nos casos estudados –MST e EZLN– a terra significa um ponto de confluência no cerne de sua *práxis* política. Entretanto, a irrupção de ambos movimentos expressa a continuidade da resistência de cinco séculos às formas de colonialismo e dominação construídas no seio das repúblicas ditas “independentes”, porém reprodutoras de uma política imperialista ditada no último quarto do século XX e, ainda, na quase primeira década do século XXI, pelo FMI e Banco Mundial, este último como investidor de muitos programas de governo na região, em especial nas políticas públicas de educação.

Cabe-nos, portanto, investigar como se constrói a autonomia no campo de disputa política com o Estado, no interior dos espaços públicos, que implica, necessariamente, contraposição ou acordos entre forças políticas distintas. A realidade da luta desenvolvida por estes movimentos em seus respectivos países expressa a linha tênue existente entre a construção de projetos alternativos e autônomos frente às novas formas de dominação construídas pelo Estado, sobretudo na elaboração e execução das políticas públicas, *locus* decisivo da garantia e legitimação, ou não, de direitos.

À guisa de conclusão

Conforme afirmamos, o presente artigo constituiu uma aproximação reflexiva às experiências latino-americanas campesina e indígena em suas interações e lutas sociais em torno das políticas públicas. Nosso estudo encontra-se em processo de desenvolvimento e, por tal razão, apresentamos uma reflexão inicial decorrente das primeiras abordagens dos dados decorrentes da investigação bibliográfica e documental.

- As observações também resultam das reflexões desenvolvidas ao largo da III Escuela Regional de Verano MOST/UNESCO 2009. Pensando algumas perguntas-chaves decorrentes do tema central tratado no referido curso, destacamos:
- Como se entrelaçam e que conseqüências têm as aprendizagens resultantes das crises recentes com os impactos da atual crise? Quais são os efeitos sócio-políticos desde a forma como a enfrentamos?

Que papel cabe aos cientistas sociais neste cenário? Qual pode ser a articulação entre um universo mais amplo em relação às políticas públicas e as responsabilidades da academia como o âmbito paradigmático de produção de conhecimento? Que papel assume a investigação científica e seus produtos nesta nova modernidade?

Uma primeira abordagem destas questões pode levar-nos ao que Casanova chama (2006) de “el problema del nuevo en la historia”, em que se torna fundamental:

...reparar hasta qué punto se puede aclararse aquello que se presentaba a ambigüedades y a dobles interpretaciones, en que todos piensan que ven una misma forma –como la democracia, al principio del neoliberalismo– sin destacar las implicaciones que para unos tiene lo blanco o lo negro de su contenido, lo popular o lo elitista. Se deshecha la idea de que el fondo no importa si la forma es igual, y si advierte que tras la misma forma están dos posiciones distintas y antagónicas. (CASANOVA, 2006: p. 33)

As considerações de Pablo Casanova são extremamente válidas considerando a existência de dois importantes projetos políticos que se estão levando a cabo

ao final do século XX e primeira década do século XXI – Projeto Neoliberal e Projeto Democrático Participativo. Assim, pensar o novo considerando os movimentos sociais e a educação significa compreender os múltiplos caminhos de uma ação social coletiva e sua correlação com a conjuntura política corrente nos séculos supramencionados.

Do ponto de vista dos nexos entre Política e Ciências Sociais, comungamos com a própria reflexão de Casanova, quando nos aponta alguns elementos de ordem epistemológico que nos orientam no processo de abordagem do novo e de construção de referenciais teóricos-metodológicos que nos permitam gerar diretrizes explicativas que estejam em conformidade com a realidade sócio-política dos fenômenos que estudamos. Destacamos:

1. Construção de um esboço histórico das próprias posições políticas;
2. Escritura da história das idéias para que se analise o novo na história, permeado por um conjunto de idéias⁴.

Estes dois aspectos mencionados por Casanova nos permitem avançar na compreensão das especificidades próprias dos sujeitos inseridos nos espaços públicos e que disputam e que intencionam validar um dos projetos políticos mencionados. Tais projetos, finalmente, definirão que modelo de política pública para que sociedade. Torna-se essencial, portanto, como investigadores estabelecer uma posição dialogal com o fenômeno estudando, buscando nos entreditos das vozes que não estamos acostumados a escutar a razão e a ação dos sujeitos que atuam no âmbito das políticas públicas, no caso, movimentos sociais e Estado.

Esperamos contribuir nos debates correntes sobre Movimentos Sociais, Estado e Educação e a participação social para a consolidação de uma *práxis* educativa emancipatória. Ademais, pretendemos instigar a reflexão em torno de ações concretas que, comumente, passam despercebidas no horizonte das arenas de luta dos múltiplos movimentos presentes na sociedade civil organizada da América Latina. Investigar o (re)significado assumido pela Educação na construção de canais de participação popular, no contexto latino-americano, constitui fértil reflexão no âmbito dos estudos e da prática mesma da Educação e as vias de construção da democracia latino-americana.

Eis a existência de um processo de construção de um contra-poder sócio-político, construtor de um *ethos* identitário, de cada povo e nação que, mesmo em sua comunhão na ação coletiva, apresenta suas especificidades idiossincrásicas, valorizando a soberania e a identidade cultural entre os povos. A educação, neste processo, funciona como uma ferramenta epistemológica radical, socializadora dos saberes em função do bem comum (Damiani & Bolívar, 2007). Consideramos que o atual momento político da chamada virada à esquerda na América Latina constitui momento fértil para novas experiências de articulação entre movimentos sociais e reformas institucionais, ainda que seja um grande desafio.

Portanto, pensar a educação é pensá-la dialogicamente e historicamente, uma vez que a historicidade é movimento, é ação e reação, é construção cotidiana. Assim, educação vincula-se a reconstruir a própria história e, neste processo de reconstrução, identificar e compreender profundamente as forças geradoras das contradições irrompidas, no sentido de tecer a crítica a elas e propor caminhos de superação dos modelos vigentes de dominação, não só político-econômica, mas e sobretudo, ideológica.

4 Idem, p. 33.

Bibliografía

- CASANOVA, Pablo González 2006. "El zapatismo y el problema de lo nuevo en la historia", em *Contrahistorias. La otra mirada del Clío. Dossier: La Otra Campaña*. Revista Semestral, nº 06, marzo-agosto.
- DAGNINO, Evelina et. al 2006. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. (São Paulo, Campinas: Paz e Terra).
- DAMIANI, Luis & BOLIVAR, Omaira (comps.) (2007). *Pensamiento pedagógico emancipador latinoamericano: por una Universidad Popular y Socialista de la Revolución Venezolana*. (Caracas: Ediciones de la Universidad Bolivariana de Venezuela).
- MARTINEZ, Ricardo Martinez (comp.) 2008. *Los movimientos sociales del siglo XXI. Diálogos sobre el poder*. (Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana).
- MOLINA, Mônica Castagna 2008. "A Constitucionalidade e a Justiciabilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo", em Fernandes, Bernardo Mançano et. al. *Educação do Campo: campo. Políticas públicas. Educação*. (Brasília: INCRA; MDA).
- SEOANE, José et. al 2006. "Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina", em Borón, Atílio A. e Lechini, Gladys (comps). *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: lecciones desde África, Asia y América Latina*. (Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO).
- ZIBECHI, Raúl 2006. "El zapatismo y América Latina. La Otra y nosotros", em *Contrahistorias. La otra mirada del Clío. Dossier: La Otra Campaña*. Revista Semestral, nº 06, marzo-agosto.

